

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE MATO LEITÃO PODER EXECUTIVO

PROJETO DE LEI Nº 092, de 02 de setembro de 2025.

INCLUI DISPOSITIVOS NA LEI Nº 2.521, DE 12 DE JULHO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MATO LEITÃO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

FAÇO SABER, no uso da atribuição que me confere o art. 54, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a Lei seguinte:

Art. 1° Ficam incluídos os parágrafos 5°, 6°, 7°, 8° e 9°, no art. 5°, da Lei n° 2.521, de 12 de julho de 2017, passando a constar com a seguinte redação:

Art. 5° ...

- § 5º Para fins de cômputo da Área de Preservação Florestal prevista nos artigos 30 e 31 Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, Lei do Bioma da Mata Atlântica, excepcionalmente, será admitida a sobreposição em área para espaços livres de uso público (área verde), mediante manifestação de interesse público, até o limite de 70% (setenta por cento).
- § 6° O ônus de manutenção da porcentagem permitida no parágrafo anterior será do loteador, mesmo sendo espaço público.
- § 7º O loteador responsabilizar-se-á pela compatibilidade do uso da área para espaços livres de uso público (área verde), mediante Termo de Compromisso Ambiental, mantendo o percentual mínimo exigido pela lei do Bioma da Mata Atlântica.
- § 8º O percentual destinado à Área de Preservação Florestal deverá ser averbado na matrícula do imóvel.
- § 9° Os espaços livres de uso público (área verde) não poderá ser desafetada quando ocorrer a compensação do Bioma.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MATO LEITÃO/RS, 02 de setembro de 2025.

ARLY STÖHR
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE MATO LEITÃO PODER EXECUTIVO

MENSAGEM JUSTIFICATIVA PROJETO DE LEI Nº 092/2025

Sr. Presidente, Srs. Vereadores!

Pelo presente Projeto de Lei, busca a Administração Municipal incluir os parágrafos 5°, 6°, 7°, 8° e 9°, no art. 5°, da Lei n° 2.521, de 12 de julho de 2017, passando a constar com a seguinte redação:

Art. 5°...

- § 5º Para fins de cômputo da Área de Preservação Florestal prevista nos artigos 30 e 31 Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, Lei do Bioma da Mata Atlântica, excepcionalmente, será admitida a sobreposição em área para espaços livres de uso público (área verde), mediante manifestação de interesse público, até o limite de 70% (setenta por cento).
- § 6° O ônus de manutenção da porcentagem permitida no parágrafo anterior será do loteador, mesmo sendo espaço público.
- § 7º O loteador responsabilizar-se-á pela compatibilidade do uso da área para espaços livres de uso público (área verde), mediante Termo de Compromisso Ambiental, mantendo o percentual mínimo exigido pela lei do Bioma da Mata Atlântica.
- § 8º O percentual destinado à Área de Preservação Florestal deverá ser averbado na matrícula do imóvel.
- § 9º Os espaços livres de uso público (área verde) não poderá ser desafetada quando ocorrer a compensação do Bioma.

Como se sabe, a proteção do Bioma da Mata Atlântica para fins de loteamento ou edificação em imóveis localizados em áreas urbanas e regiões metropolitanas é regulamentada pelos artigos 30 e 31 da Lei n. 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica). Referidos dispositivos permitem que a vegetação secundária em estágios médio e avançado de regeneração sejam suprimidas nos seguintes termos:

- a) estágio médio: a supressão será admitida para loteamentos ou edificações desde que o terreno esteja inserido no Perímetro Urbano do Município na data de vigência da lei (22/12/2006), e desde que seja garantida a preservação de 30% da área total coberta por essa vegetação; ou, se fora do Perímetro Urbano do Município quando do advento da lei, mantiver 50% da área total coberta por vegetação (art. 31 da Lei);
- b) estágio avançado: a supressão será admitida para loteamentos ou edificações desde que o terreno esteja inserido no Perímetro Urbano do Município na data de vigência da lei (22/12/2006), e desde que seja garantida a preservação de 50% da área total coberta por essa vegetação; pos Perímetros Urbanos aprovados após o advento da lei, não

Rua Cônego Pedro Henrique Vier, 580 - E-mail: <u>prefeitura@matoleitao-rs.com.br</u> - Fone: 51 3784-1085 CEP 95.835-000 - CNPJ 94.577.590/0001-63 - MATO LEITÃO - RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE MATO LEITÃO PODER EXECUTIVO

será permitida a supressão (art. 30 da Lei).

Diante disso, há de se viabilizar a contabilidade de áreas de preservação florestal, eventualmente existente dentro de um imóvel, no percentual de manutenção/preservação da mata atlântica nos casos dos artigos 30 e 31 da Lei da Mata Atlântica.

Considerando que, a princípio, inexiste qualquer disposição legal que impeça a sobreposição desses ecossistemas. Nesse sentido, faz-se fundamental destacar o princípio da legalidade, que deve nortear as relações jurídicas. A propósito, o art. 5°, II, da Constituição Federal de 1988 determina que "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei".

Ademais, considerando-se que a área de manutenção assim o é justamente para manter o equilíbrio ambiental, e que tal pode ser atingido pela destinação com espaços ambientalmente protegidos, há a possibilidade de sobreposição de áreas de preservação florestal no cômputo do percentual de manutenção exigido nos artigos 30 e 31 da Lei n. 11.428/2006.

Veja-se, que a Lei da Mata Atlântica estabelece apenas que o percentual deve ser calculado em relação à área total da cobertura por vegetação, sem qualquer impedimento do cômputo da áreas de preservação florestal.

Portanto, por absoluta ausência de legislação que vede essa prática (princípio da legalidade) e pela normativa que dispõe, exclusivamente, que deve ser preservado o percentual mínimo da área total a ser mantida coberta pela vegetação, independentemente de este percentual constituir um espaço especialmente protegido, como áreas de preservação florestal, parece-nos clara a possibilidade de utilização das áreas de preservação florestal no cômputo do percentual da manutenção da área de vegetação prevista nos artigos 30 e 31 da Lei da Mata Atlântica.

Insta informar que a presente proposta foi discutida e aprovada pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente, em reunião realizada em 02 de setembro do corrente ano, conforme ata que segue anexa.

Pelas razões acima expostas, justifica-se, pois, o presente projeto, que rogamos seja aprovado por essa Colenda Câmara.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MATO LEITÃO, 02 de setembro de 2025.

ARLY STÖHR PREFEITO MUNICIPAL

Rua Cônego Pedro Henrique Vier, 580 - E-mail: prefeitura@matoleitao-rs.com.br - Fone: 51 3784-1085 CEP 95.835-000 - CNPJ 94.577.590/0001-63 - MATO LEITÃO - RS

Ata 001/2025

Aos dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, às dez horas no auditório do Centro Administrativo aconteceu a Reunião Ordinária do Conselho do Meio Ambiente. Dando início à reunião a Presidente Angélica Taís Scheibler, fez as saudações iniciais e de imediato fora posto para análise do Conselho a proposta de Projeto de Lei nº 092/2025 que inclui dispositivos na Lei nº 2.521, de 12 de julho de 2017 e dá outras providências. O objeto do projeto de lei se refere, para fins de cômputo da Área de Preservação Florestal prevista nos artigos 30 e 31 Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, Lei do Bioma da Mata Atlântica, que excepcionalmente, será admitida a sobreposição em área para espaços livres de uso público (área verde), mediante manifestação de interesse público, até o limite de 70% (setenta por cento), ficando incluídos os parágrafos 5°, 6°, 7°, 8° e 9° do artigo 5° da lei n° 2.521. Considerando-se que a área de manutenção assim o é justamente para manter o equilíbrio ambiental, e que tal pode ser atingido pela destinação com espaços ambientalmente protegidos, há a possibilidade de sobreposição de áreas de preservação florestal no cômputo do percentual de manutenção exigido nos artigos 30 e 31 da Lei n. 11.428/2006. O projeto de Lei foi colocado em votação e aprovado por unanimidade pelos membros presentes do conselho. Nada mais havendo, eu, Natália Reckziegel, que secretariei a генпіão, layro a presente ata, que será assinada por mim e todos os presentes. Angelico Jaw Jehnelle

Carallel Wellow